



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

## **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025**

*Cria a Política de Uso de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito da Faculdade de Educação da UFMG e dá outras providências.*

**A Congregação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais**, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais e

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da administração pública, em especial a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança, integridade e uso responsável dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sob responsabilidade da Unidade;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

CONSIDERANDO a Política de Segurança da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais;

CONSIDERANDO a decisão da Congregação em Sessão realizada no dia 06 de outubro de 2025;

### **Resolve:**

**Art. 1º** Criar a Política de Uso de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Art. 2º** Revogam-se as disposições contrárias.

**Art. 3º** A presente Resolução entra em vigor nesta data.

ANDREA MORENO

Presidente da Congregação da Faculdade de Educação



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 4628568 e o código CRC AD3FE0B2.

## **ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 5, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025**

### **POLÍTICA DE USO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO OBJETIVO**

**Art. 1º** Esta Resolução estabelece diretrizes e normas para o uso adequado, seguro e responsável dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Faculdade de Educação, compreendendo computadores, sistemas, redes, serviços digitais e dados institucionais, com vistas a:

- I. proteger informações acadêmicas, administrativas e pessoais;
- II. assegurar a conformidade com a Política de Segurança da Informação;
- III. observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- IV. apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º** Esta Resolução aplica-se a todos os usuários que utilizem recursos de TIC da Faculdade de Educação, incluindo:

- I. docentes efetivos, substitutos e visitantes;
- II. discentes de graduação, pós-graduação, extensão e cursos livres;
- III. técnicos-administrativos;
- IV. terceirizados, estagiários e colaboradores temporários com acesso autorizado mediante Termo de Compromisso assinado pelo servidor docente ou técnico responsável.

#### **CAPÍTULO III**

##### **DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 3º** O uso dos recursos de TIC reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I. finalidade: utilização exclusiva em atividades acadêmicas, administrativas ou de interesse institucional;
- II. segurança: adoção de medidas que reduzam riscos de acesso não autorizado,

vazamento ou perda de informações;

III. privacidade: proteção dos dados pessoais, nos termos da LGPD;

IV. responsabilidade: atribuição individual ao usuário por atos praticados com suas credenciais;

V. legalidade: conformidade com a legislação vigente, normas internas e direitos autorais.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS CONTAS E SENHAS**

**Art. 4º** Cada usuário receberá credenciais individuais e intransferíveis para acesso aos sistemas da UFMG.

§ 1º É expressamente vedado compartilhar senhas ou utilizar credenciais de terceiros para acesso aos sistemas da UFMG.

§ 2º As senhas devem ser complexas, atualizadas periodicamente e mantidas em sigilo.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA**

**Art. 5º** Os equipamentos institucionais destinam-se a fins acadêmicos e administrativos.

§ 1º É proibida a instalação de softwares sem licença ou sem autorização da área de TI.

§ 2º Dispositivos pessoais conectados à rede institucional deverão observar as normas de segurança estabelecidas.

## **CAPÍTULO VI**

### **REDE E INTERNET**

**Art. 6º** O acesso à internet deve observar a legislação vigente e as políticas internas.

§ 1º É vedado o uso da rede para fins ilícitos, ofensivos, discriminatórios ou que comprometam o desempenho da infraestrutura.

§ 2º O compartilhamento de arquivos será permitido apenas para fins institucionais e em conformidade com as normas de copyright.

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS SISTEMAS E DADOS INSTITUCIONAIS**

**Art. 7º** O acesso a sistemas será compatível com as atribuições funcionais do usuário.

Parágrafo único. É proibido manipular, alterar, copiar ou divulgar informações institucionais sem autorização expressa, devendo o tratamento de dados pessoais respeitar os princípios da LGPD.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO E-MAIL E COMUNICAÇÃO DIGITAL**

**Art. 8º** O e-mail institucional será utilizado exclusivamente para fins acadêmicos e administrativos.

§ 1º É vedado o envio de spam, correntes, propaganda não autorizada ou conteúdo inadequado.

§ 2º Mensagens institucionais poderão ser monitoradas em caso de suspeita de uso indevido, observada a legislação de proteção de dados e privacidade e em conformidade com as competências atribuídas à equipe de TI previstas no Art. 10 do CAPÍTULO IX.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 9º** São responsabilidades dos usuários da Rede da Faculdade de Educação:

- I. cumprir as disposições desta Resolução e das normas de segurança da informação;
- II. zelar pela confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações acessadas;
- III. comunicar imediatamente ao setor de TI incidentes de segurança, perda de dispositivos ou suspeita de vazamento de dados.

**Art. 10** Compete ao Setor de Tecnologia da Informação da Faculdade de Educação:

- I. implementar e manter mecanismos de segurança, autenticação e monitoramento;
- II. garantir a disponibilidade e o funcionamento adequado de sistemas e redes;
- III. adotar medidas de proteção de dados pessoais, conforme a LGPD;
- IV. promover capacitação e orientação periódica sobre boas práticas de uso seguro;
- V. prestar suporte e esclarecimentos aos usuários em matérias relacionadas ao uso das TICs;
- VI. realizar a comunicação de incidentes à Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR-UFMG), conforme dispõe a Política de Segurança da Informação da UFMG.

Parágrafo único. As competências descritas neste artigo serão exercidas pelo Setor de Tecnologia da Informação (TI) sob a supervisão e por delegação da Direção, que responderá pelos atos relacionados à Política de Uso de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

## **CAPÍTULO X**

### **DAS PENALIDADES**

**Art. 11** O descumprimento das disposições desta Resolução poderá acarretar, conforme a gravidade da infração:

- I. advertência formal;
- II. suspensão ou bloqueio temporário de acessos;
- III. Responsabilização administrativa, civil e penal.

## **CAPÍTULO XI**

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12** Os casos omissos serão dirimidos pela Direção da Faculdade de Educação, ouvido o Setor de Tecnologia da Informação.

**Art. 13** Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação e deverá ser revisada periodicamente ou sempre que houver alteração na legislação aplicável, em especial na LGPD e nas normas de segurança da informação.

ANDREA MORENO

Presidente da Congregação da Faculdade de Educação

Universidade Federal de Minas Gerais